# Memória, formação e instituição: os caminhos da construção do Exército Brasileiro (1810-1858)

## *Memory, Formation, and Institution: The Paths toward the Construction of the Brazilian Army (1810–1858)*

**Lucas Sales Gonçalves**
Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí, mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB - UFPI). Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Memória (NUPEM-UFPI). Bolsista FAPEPI.

**Johny Santana de Araújo**
Professor do Departamento de História (DH), membro do Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB) e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) na UFPI.

**Resumo:** Este trabalho analisa o processo de formação e institucionalização do Exército brasileiro, considerando a relação entre a construção de sua memória institucional e as transformações concretas ocorridas em suas estruturas de formação ao longo do período imperial. Parte-se da compreensão de que as instituições militares não são constituídas apenas por normas, estruturas administrativas e funções oficiais, mas também pela elaboração de narrativas sobre seu próprio passado, por meio das quais produzem referências de identidade, tradição e legitimidade. Nesse sentido, examina-se a construção de uma memória institucional associada a acontecimentos, personagens e símbolos mobilizados posteriormente na representação do Exército, destacando-se a centralidade atribuída a Guararapes e a figuras como Caxias. Em seguida, desloca-se a análise para o processo histórico de formação da instituição, acompanhando a criação e reorganização das escolas militares desde a Academia Real Militar, estabelecida em 1810, até as reformas que culminaram na reorganização do ensino militar em 1874. A pesquisa utiliza como fontes principais a legislação, os decretos e regulamentos referentes às instituições de ensino militar, articulados à historiografia sobre a formação do Estado imperial, a história militar e a profissionalização do oficialato. Busca-se demonstrar que as sucessivas reformas não constituíram mudanças meramente administrativas ou educacionais, mas expressaram diferentes projetos de Exército e de Estado, relacionados às transformações políticas, sociais e institucionais vivenciadas pelo Brasil durante o século XIX. Assim, a formação militar é compreendida como parte de um processo mais amplo de construção do Estado imperial e de definição das funções, saberes e características atribuídas ao oficialato brasileiro.
**Palavras-chave:** Exército brasileiro; Estado imperial; instituições militares; ensino militar; oficialato; memória institucional.

**Abstract:** This article analyzes the process of formation and institutionalization of the Brazilian Army, considering the relationship between the construction of its institutional memory and the concrete transformations that took place in its training structures throughout the imperial period. It starts from the understanding that military institutions are constituted not only by rules, administrative structures, and official functions, but also by the creation of narratives about their own past, through which they produce references of identity, tradition, and legitimacy. In this sense, the article examines the construction of an institutional memory associated with events, figures, and symbols later mobilized in representations of the Army, with particular emphasis on the centrality attributed to Guararapes and to figures such as Caxias. The analysis then shifts to the historical process of institutional formation, tracing the creation and reorganization of military schools from the Royal Military Academy, established in 1810, to the reforms that culminated in the reorganization of military education in 1874. The research draws primarily on legislation, decrees, and regulations concerning military educational institutions, together with the historiography on the formation of the imperial State, military history, and the professionalization of the officer corps. It seeks to demonstrate that the successive reforms were not merely administrative or educational changes, but expressed different projects for the Army and the State, related to the political, social, and institutional transformations experienced by Brazil during the nineteenth century. Thus, military training is understood as part of a broader process of imperial State-building and of defining the functions, knowledge, and characteristics attributed to the Brazilian officer corps.
**Keywords:** Brazilian Army; Imperial State; Military Institutions; Military Education; Officer Corps; Institutional Memory.

As instituições não se sustentam exclusivamente por sua existência jurídica, por suas estruturas administrativas ou pelas funções que desempenham na sociedade. Para consolidarem sua legitimidade perante seus membros e diante da coletividade, elas constroem narrativas acerca de seu próprio passado, atribuindo às suas origens significados que extrapolam a mera sucessão cronológica dos acontecimentos. Essas narrativas desempenham uma função política, cultural e simbólica fundamental, pois estabelecem conexões entre passado, presente e futuro, conferindo continuidade histórica às corporações e que justificam sua permanência como elementos indispensáveis da organização social. Em outras palavras, toda instituição necessita produzir uma memória de si mesma, selecionando acontecimentos, personagens e valores que sirvam de fundamento para sua identidade coletiva e para a legitimação de sua atuação histórica.

No caso das Forças Armadas, esse processo assume uma importância ainda mais significativa. Por serem instituições diretamente vinculadas à defesa do Estado, da soberania e da integridade territorial, sua legitimidade não se fundamenta apenas em dispositivos constitucionais, mas também na construção de uma tradição histórica que as apresenta como protagonistas dos momentos decisivos da formação nacional. Dessa forma, a memória institucional militar procura demonstrar que a existência da corporação transcende governos, regimes políticos e conjunturas específicas, inserindo-a em uma narrativa contínua de defesa da pátria e dos interesses nacionais. A história oficial da instituição, portanto, não constitui apenas um relato sobre o passado, mas um instrumento de afirmação identitária que reforça sua autoridade no presente e projeta determinados valores para o futuro. Nesse processo de construção da identidade nacional e institucional, os símbolos ocupam um papel privilegiado. Como observa Eric Hobsbawm,

> A bandeira nacional, o hino nacional e as armas nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação (1997, p. 19).

Muito além de simples emblemas estatais, esses símbolos condensam representações históricas e culturais compartilhadas que funcionam como suportes materiais da memória coletiva. Eles sintetizam valores, experiências e interpretações do passado, o que torna visível o esforço de construção de uma identidade nacional comum. Nesse sentido, as instituições militares desempenham papel decisivo, pois não apenas cultuam os símbolos nacionais, mas também elaboram símbolos próprios, bandeiras históricas, uniformes, condecorações, patronos, datas comemorativas e cerimônias, que reforçam a percepção de pertencimento entre seus integrantes e projetam para a sociedade a imagem de uma corporação marcada pela continuidade histórica, pela disciplina e pelo patriotismo. Essa elaboração simbólica pode ser compreendida à luz da noção de mito fundador desenvolvida por Marilena Chaui (2000). Para a autora, o mito fundador não corresponde a uma narrativa falsa ou meramente imaginária. Trata-se, antes, de um discurso de origem capaz de fornecer à coletividade uma explicação coerente acerca de sua própria constituição. Sua força reside justamente na capacidade de converter acontecimentos históricos específicos em referências permanentes, dotadas de um caráter aparentemente natural e incontestável. Ao transformar determinados episódios em marcos inaugurais da história nacional ou institucional, o mito fundador estabelece uma origem exemplar, carregada de

valores morais e políticos que servem como parâmetro para o presente. Nesse sentido, o mito fundador opera por meio da seleção e da reorganização da memória histórica. Alguns acontecimentos são elevados à condição de momentos decisivos da formação nacional, enquanto outros são relegados ao esquecimento ou recebem interpretações secundárias. A origem deixa de ser apenas um acontecimento histórico para converter-se em um princípio explicativo permanente, capaz de justificar comportamentos, tradições e instituições. Como destaca Chaui, o mito não permanece preso ao passado, ele reaparece continuamente, reinterpretando novos acontecimentos à luz da narrativa fundadora e reafirma a legitimidade das instituições que se apresentam como herdeiras dessa origem.

Tal perspectiva revela-se particularmente útil para compreender a construção da identidade institucional do Exército Brasileiro. Embora sua institucionalização formal esteja associada ao processo de Independência, em 1822, a narrativa oficial da corporação frequentemente busca projetar sua origem para períodos muito anteriores, especialmente para as lutas travadas contra as invasões holandesas no século XVII. Ao eleger a Batalha dos Guararapes como marco inaugural da nacionalidade e da própria instituição militar brasileira, o Exército estabelece uma continuidade histórica que antecede a formação do Estado nacional, construindo para si uma antiguidade simbólica que fortalece sua legitimidade e reforça sua posição como um dos pilares da nação.

A permanência dessas narrativas ao longo do tempo relaciona-se diretamente ao conceito de "invenção das tradições", elaborado por Hobsbawm.[1] Segundo o autor, muitas práticas consideradas seculares ou ancestrais são, na realidade, construções relativamente recentes, criadas para responder a necessidades políticas específicas. As tradições inventadas consistem em conjuntos de práticas, geralmente reguladas por normas explícitas ou implícitas e marcadas por intensa ritualização, cujo objetivo é inculcar valores, comportamentos e formas de pertencimento por meio da repetição sistemática. Essa repetição cria a impressão de continuidade com um passado remoto, mesmo quando tal continuidade é, em grande medida, resultado de uma elaboração simbólica. Para Hobsbawm, a invenção das tradições tornou-se particularmente frequente durante os séculos XIX e XX, período marcado pela consolidação dos Estados nacionais, pela expansão do nacionalismo e pela necessidade de produzir identidades coletivas relativamente homogêneas em sociedades submetidas a rápidas transformações econômicas e políticas. Diante das rupturas provocadas pela modernidade, tornou-se necessário criar mecanismos simbólicos capazes de transmitir estabilidade, permanência e continuidade histórica. As tradições inventadas passaram, assim, a exercer uma função integradora, reforçaram os sentimentos de pertencimento e legitimaram instituições políticas, religiosas e militares.

Aplicada ao caso brasileiro, essa perspectiva permite compreender que a identidade do Exército não resultou apenas de sua organização administrativa, da profissionalização de seus quadros ou das reformas implementadas ao longo do século XIX. Ela foi construída por meio de um elaborado processo de produção simbólica no qual memória, tradição, história e projeto político se entrelaçaram continuamente. Determinados personagens foram elevados à condição de heróis nacionais, certas batalhas converteram-se em episódios fundadores, rituais militares passaram a representar uma suposta continuidade histórica que conectaria o Exército contemporâneo aos seus antecessores coloniais e imperiais. Ao mesmo tempo, outros acontecimentos menos compatíveis com essa narrativa foram minimizados, esquecidos ou re-

1. HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

interpretados segundo as necessidades da memória institucional. A força dessas tradições manifesta-se de maneira particularmente evidente na cultura militar cotidiana. Como demonstra Celso Castro,

> Quem assiste a uma cerimônia de formatura dos novos oficiais do Exército brasileiro na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), dificilmente deixa de sentir-se imerso na atmosfera de tradição que cerca o evento. Vários elementos sugerem a herança de um passado imemorial: o espadim, cópia em miniatura da espada de Caxias, patrono do Exército; a entrada de cadetes no pátio principal trazendo bandeiras e estandartes; a aparição dos formandos vestindo uniformes históricos. No entanto, todos esses elementos são bem mais recentes do que pretendem parecer e, além disso, foram conscientemente inventados (2002, p.9).

A observação de Castro evidencia que a tradição militar não deve ser compreendida como uma herança espontânea transmitida intacta através das gerações. Ao contrário, ela resulta de escolhas conscientes realizadas pela própria instituição, que seleciona determinados elementos do passado, lhes atribui novos significados e os incorpora aos seus rituais cotidianos. Uniformes históricos, patronos, espadas cerimoniais, desfiles, solenidades, juramentos e comemorações funcionam como dispositivos de memória que reafirmam continuamente a identidade militar e reforçam entre os militares a percepção de pertencerem a uma organização secular, depositária de valores permanentes.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Jacques Le Goff (2013) acerca da memória enquanto construção social. Para o autor, a memória jamais constitui um repositório neutro dos acontecimentos passados; ela é continuamente produzida, reorganizada e reinterpretada segundo os interesses, conflitos e necessidades do presente. Lembrar implica selecionar, enquanto esquecer representa igualmente uma operação histórica carregada de significados. A memória coletiva, portanto, é resultado de disputas simbólicas em torno daquilo que merece ser preservado, celebrado ou silenciado. Sob essa perspectiva, compreender a tradição militar do Exército Brasileiro exige superar interpretações essencialistas que tratam memória e tradição como patrimônios naturais, imutáveis ou simplesmente herdados do passado. Tanto a memória quanto a identidade constituem construções históricas permanentemente reelaboradas, produzidas por meio das relações de poder, das disputas políticas e das representações coletivas que atravessam cada contexto histórico. A memória institucional não funciona como um arquivo passivo de acontecimentos, mas como um mecanismo ativo de seleção, classificação e atribuição de sentidos ao passado. Desse modo, a identidade do Exército Brasileiro pode ser compreendida como resultado de um complexo processo de elaboração simbólica no qual história, memória, mito fundador e tradição inventada atuam conjuntamente. Ao construir narrativas sobre sua origem, instituir patronos, monumentalizar determinadas batalhas, criar cerimônias e preservar rituais, a corporação não apenas recorda acontecimentos históricos, mas produz interpretações sobre eles. Essas interpretações legitimam sua posição na sociedade, reforçam sua coesão interna e projetam para o presente a ideia de uma instituição permanente, guardiã da nação e herdeira direta de um passado heroico. É justamente nesse processo de elaboração simbólica que se inserem alguns dos principais referenciais da memória militar brasileira. Entre eles, destacam-se a Batalha dos Guararapes, a instituição do patronato militar

e a criação de rituais cívico-militares, elementos que permitem compreender concretamente como a corporação construiu sua identidade ao longo do tempo.

Essa construção identitária articula-se, simultaneamente, em duas dimensões complementares: uma simbólica e outra histórica. No plano simbólico, destaca-se a narrativa da Batalha dos Guararapes, travada em 1648 e 1649 por contingentes formados por portugueses, indígenas, africanos e seus descendentes, posteriormente elevada pela instituição à condição de marco fundador do Exército Brasileiro. Embora separada por mais de um século da criação oficial do Exército, em 1822, a batalha foi incorporada à memória institucional e, desde 1994, passou a ser oficialmente celebrada em 19 de abril como o Dia do Exército. Ao apropriar-se desse episódio, a corporação buscou construir uma narrativa de origem baseada na união de diferentes grupos étnicos e sociais em torno da defesa do território, projetando a imagem de uma força nacional coesa, integrada e comprometida com interesses coletivos que antecederiam a própria formação do Estado brasileiro. A construção dessa memória institucional não se limitou à escolha de um episódio fundador. Paralelamente, a corporação selecionou personagens históricos cuja trajetória passou a representar os valores que pretendia preservar e transmitir às novas gerações. Entre eles, sobressai a figura do Marechal Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, oficial do Exército Imperial cuja trajetória foi progressivamente transformada em paradigma das virtudes militares. Instituído Patrono do Exército Brasileiro em 1962, Caxias passou a personificar valores como disciplina, lealdade, profissionalismo, espírito de sacrifício e fidelidade ao Estado, convertendo-se em referência permanente na formação doutrinária da corporação. Dessa forma, a memória de Guararapes forneceu ao Exército uma origem mítica, enquanto a exaltação de Caxias ofereceu um modelo ideal de conduta militar, compondo um repertório simbólico destinado a reforçar a coesão interna, legitimar a instituição perante a sociedade e estabelecer um elo de continuidade entre diferentes momentos da história militar brasileira.

Embora esses elementos simbólicos sejam fundamentais para compreender a forma como o Exército representa sua própria trajetória, eles não esgotam a explicação acerca de sua formação. Paralelamente à construção dessa memória institucional, desenvolveu-se um processo histórico concreto de organização da força terrestre, vinculado às transformações políticas, administrativas que marcaram o final do período colonial, a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a constituição do Estado imperial após a Independência. É nessa dimensão institucional que se encontram as bases efetivas da formação do Exército brasileiro, expressas na criação de seus órgãos de ensino, na profissionalização do oficialato, na estruturação de sua hierarquia e na consolidação de uma organização militar permanente a serviço do Estado. Essa dimensão institucional vincula-se diretamente ao processo de organização do Estado nacional após a Independência. Embora a tradição militar dos Guararapes tenha fornecido à corporação um referencial simbólico de origem e um importante elemento de coesão identitária, sua constituição como instituição permanente não decorreu da continuidade das mobilizações coloniais do século XVII. O Exército organizado no pós-Independência herdou, sobretudo, a estrutura burocrático-militar portuguesa, cujas bases haviam sido lançadas ainda no período joanino, especialmente com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e a criação da Real Academia Militar, em 1810. Nesse viés, a formação da força terrestre brasileira resultou menos do mito fundador do que da continuidade do aparato militar lusitano para atender às necessidades políticas e administrativas do novo

Estado imperial. Foi nesse contexto que se consolidaram as bases institucionais da corporação, caracterizadas pela profissionalização gradual do oficialato, pela definição de uma estrutura hierárquica permanente e pela constituição de um aparelho militar voltado à preservação da ordem e da soberania do Império.

A materialização desse processo de organização institucional antecedeu, contudo, a própria Independência. Embora a institucionalização formal do Exército Brasileiro remonte a 1822, impulsionada pela consolidação do Império como um Estado independente e soberano, os esforços da Coroa portuguesa para estruturar uma força militar dotada de organização permanente e de mecanismos próprios de formação de seus quadros tiveram início ainda no período colonial. Em 1792, sob os auspícios das reformas militares e administrativas promovidas pela monarquia portuguesa, foi instalada, na cidade do Rio de Janeiro, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Os estatutos da instituição foram estabelecidos em 17 de dezembro daquele ano, constituindo um importante marco da institucionalização do ensino militar e técnico na América portuguesa. A criação da Academia deve ser compreendida no contexto das reformas promovidas pela Coroa durante a segunda metade do século XVIII, quando a modernização das estruturas militares passou a ser considerada necessária para o fortalecimento da defesa e da administração dos territórios ultramarinos. Pouco depois, em 1795, instituiu-se uma nova academia destinada aos oficiais de Infantaria, denominada Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Desenho e Língua Francesa. A documentação produzida pelo vice-rei Conde de Resende (1795) evidencia que a criação do estabelecimento esteve relacionada às dificuldades encontradas pelos oficiais e cadetes de Infantaria para acompanhar a estrutura de formação existente. Em ofício de 26 de novembro de 1795, Resende justificava a iniciativa mencionando o fracasso das Aulas Militares frequentadas pelos oficiais e cadetes dos regimentos do Rio de Janeiro e propunha uma academia específica para os oficiais de Infantaria, destinada ao seu aperfeiçoamento.

A criação de um segundo estabelecimento demonstra, portanto, que a estrutura inicialmente concebida pela Coroa ainda não respondia de maneira satisfatória às diferentes necessidades da organização militar. Mais do que representar uma simples ampliação das instituições existentes, a medida evidencia o esforço de adaptar a formação dos oficiais à diversidade das funções exercidas pelas armas. As experiências das décadas finais do período colonial revelam, assim, que a organização do ensino militar no Brasil não surgiu de maneira linear. Ao contrário, foi sendo construída por meio de sucessivas iniciativas de criação e reorganização institucional, relacionadas às necessidades estratégicas e administrativas da monarquia portuguesa. A formação dos oficiais começava a deixar de depender exclusivamente de iniciativas dispersas ou de experiências adquiridas diretamente nos corpos de tropa, passando a contar com estabelecimentos permanentes destinados especificamente à instrução militar. Com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, essa dinâmica sofreu uma inflexão profunda. A instalação da sede da monarquia na América portuguesa modificou a posição política da cidade e ampliou significativamente as responsabilidades administrativas e militares atribuídas ao território. O Rio de Janeiro deixou de ser apenas a sede de uma capitania colonial e passou a concentrar instituições e órgãos fundamentais do governo monárquico. A necessidade de garantir a segurança da Corte, reorganizar a defesa territorial e estruturar os diferentes setores da administração portuguesa tornou necessária a criação e o fortalecimento de instituições permanentes capazes de atender às novas demandas do Estado.

É nesse cenário que se insere a criação da Real Academia Militar. Sob a iniciativa de D. Rodrigo de Souza Coutinho, então Conde de Linhares e Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a proposta de criação da instituição foi formalizada pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 e sua instalação ocorreu no ano seguinte. A própria ementa do documento sintetizava sua finalidade: "Crea uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro" (Brasil, 4 de dez. 1810). A instituição representou um marco importante na reorganização das estruturas militares existentes no Rio de Janeiro, constituindo uma instituição permanente vinculada diretamente à administração da Coroa. Sua criação não pode ser dissociada, portanto, das transformações provocadas pela transferência da Corte e da necessidade de dotar o novo centro político do Reino de estruturas administrativas, técnicas e militares compatíveis com sua nova posição. A própria Carta de Lei evidencia essa relação entre a instituição e os interesses da monarquia. Ao justificar a criação da Academia, D. João afirmava agir considerando "o muito que interessa ao meu real serviço, ao bem publico dos meus vassallos, e á defensa e segurança dos meus vastos dominios" (Brasil, 4 de dez. 1810). A formulação é significativa porque situa a criação da instituição dentro de uma política mais ampla de defesa e organização dos domínios portugueses. A Academia não era concebida como uma estrutura isolada de ensino, mas como parte de um conjunto de instituições destinadas a fortalecer a capacidade administrativa e militar da monarquia em sua nova sede. A criação da Real Academia Militar também expressava uma transformação na própria relação entre o Estado e a formação de seus quadros militares. A instituição deveria funcionar sob uma estrutura administrativa diretamente vinculada ao governo. A Carta de Lei determinava que houvesse "uma Inspecção geral que pertencerá ao Ministro e Secretario de Estado da Guerra" (Brasil, 4 de dez. 1810), ficando a Academia imediatamente subordinada a uma Junta Militar criada especificamente para dirigi-la. A determinação demonstra que a nova instituição estava integrada à estrutura administrativa da monarquia, não constituindo uma iniciativa autônoma dos militares. Sua criação representava, nesse sentido, o estabelecimento de um mecanismo estatal permanente de organização da formação dos oficiais.

A permanência da Corte no Rio de Janeiro e a posterior elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, reforçaram a importância das instituições estabelecidas na cidade. A nova configuração política conferiu ao Brasil uma posição diferenciada dentro da monarquia portuguesa e consolidou o Rio de Janeiro como centro decisório do Império luso-brasileiro. Nesse contexto, as instituições militares instaladas na cidade passaram a integrar uma estrutura estatal mais ampla, cuja função estava relacionada tanto à defesa dos territórios quanto à manutenção da autoridade monárquica. Os acontecimentos políticos da década seguinte modificaram novamente esse cenário. A Revolução Liberal do Porto, iniciada em 1820, desencadeou uma crise na estrutura política do Reino Unido e recolocou em discussão a própria organização do poder entre Portugal e Brasil. O retorno de D. João VI a Portugal, em 1821, e a permanência de D. Pedro no Brasil aprofundaram o processo de ruptura política que culminaria na Independência, em 1822. A constituição do novo Estado brasileiro impôs, então, a necessidade de reorganizar instituições que haviam sido estruturadas originalmente para atender aos interesses da monarquia portuguesa.

No campo militar, essa transformação significou a necessidade de converter estruturas herdadas do período colonial em instituições pertencentes ao novo Estado imperial. O Exército, cuja organização estava profundamente vinculada ao aparato militar português, pas-

sou por um processo de nacionalização de seus quadros e de redefinição de suas relações com o poder central. Nesse contexto, a antiga Real Academia Militar foi incorporada à nova estrutura política do Império e passou a assumir diferentes denominações ao longo das décadas seguintes, acompanhando as sucessivas reorganizações administrativas do ensino militar. A própria trajetória institucional registrada posteriormente pelo Instituto Militar de Engenharia indica a sequência de denominações: Imperial Academia Militar, em 1822; Academia Militar da Corte, em 1832; Escola Militar, em 1840; e Escola Central, a partir de 1858. A mudança de regime não significou, entretanto, uma ruptura imediata com as estruturas herdadas do período joanino. A construção do Estado imperial ocorreu sobre instituições, práticas administrativas e organizações militares já existentes. A continuidade da Academia, ainda que submetida a novas regulamentações e denominações, evidencia justamente esse processo de adaptação das estruturas herdadas da monarquia portuguesa às necessidades do Estado brasileiro independente. A organização do ensino militar constituiu, assim, parte de um processo mais amplo de construção institucional do Império, no qual estruturas coloniais foram progressivamente reorganizadas e incorporadas ao novo aparato estatal.

Durante o período regencial, essa necessidade tornou-se ainda mais evidente. A abdicação de D. Pedro I, em 1831, inaugurou uma fase marcada por intensa instabilidade política, revoltas provinciais e disputas em torno da organização do poder central. A preservação da unidade territorial e da autoridade do governo imperial dependia, entre outros fatores, da capacidade de organização das forças militares. Nesse contexto, a estrutura das instituições responsáveis pela formação dos oficiais passou a ser objeto de novas intervenções do governo, que procurava adequá-las às necessidades de uma força militar pertencente a um Estado em processo de consolidação. As reformas realizadas ao longo da década de 1830 devem ser compreendidas nesse ambiente de reorganização política e administrativa. Em 9 de março de 1832, a Regência promoveu uma ampla reforma da Academia Militar da Corte, incorporando a ela a Academia dos Guardas-Marinhas. O preâmbulo do decreto apresenta de maneira explícita a preocupação do governo com a formação dos quadros militares. Segundo o documento, pretendia-se proporcionar aos oficiais do Exército e da Armada "todos os meios com que possam alcançar o grau de instrucção que os habilite para bem desempenhar as commissões, e operações Militares Terrestres, e Navaes de que forem encarregados" (Brasil, 9 de mar. de 1832)

A reforma de 1832 demonstra, portanto, que a reorganização institucional da Academia estava diretamente relacionada às necessidades de fortalecimento das forças militares durante a Regência. O decreto também revela a preocupação do governo com a organização de estruturas militares especializadas, ao afirmar que tinha em vista "a futura organização, e classificação do Corpo de Engenheiros" (Brasil, 9 de mar. de 1832), considerada necessária "para maior regularidade, perfeição, e aproveitamento dos trabalhos exigidos pela publica necessidade" (Brasil, 9 de mar. de 1832). A instituição de ensino aparecia, assim, vinculada a um projeto mais amplo de organização do aparato militar e técnico do Estado.

A experiência dessa reforma, contudo, foi breve. Em 22 de outubro de 1833, a Regência determinou a separação da Academia de Marinha e da Companhia dos Guardas-Marinhas da Academia Militar da Corte. O próprio preâmbulo do decreto reconhecia que a reforma anterior "não corresponde aos fins a que o Governo se propôz" (Brasil, 22 de out. de 1833), especialmente no que dizia respeito à capacidade de formação dos oficiais para o desempenho das funções militares. A sucessão desses decretos demonstra que a organização institucional do

ensino militar permaneceu em processo de experimentação durante a Regência, acompanhando as dificuldades mais amplas de estruturação do Estado imperial.

As reformas realizadas ao longo da década culminaram no Decreto nº 25, de 14 de janeiro de 1839, que determinou uma nova organização da Academia Militar. O documento estabelecia que "a actual Academia Militar será, desde já, regida provisoriamente pelos novos Estatutos" (Brasil, 14 de Jan. de 1839) e determinava a abertura da "Escola Militar" em março daquele ano. A mudança fazia parte do esforço do governo regencial para conferir maior organização e estabilidade às instituições militares e adequá-las às necessidades de uma força armada nacional em processo de consolidação. A criação da Escola Militar ocorreu, portanto, em um momento no qual o Estado imperial buscava fortalecer seus mecanismos de centralização e garantir instrumentos institucionais capazes de preservar a ordem e a unidade territorial. A reorganização do ensino militar acompanhava esse processo mais amplo de consolidação do poder imperial. A escola passou a constituir um espaço permanente de formação dos quadros do Exército, contribuindo para conferir maior continuidade à carreira militar e para estabelecer mecanismos institucionais mais regulares de preparação dos oficiais.

Ao longo das décadas seguintes, novas reformas demonstraram que a estrutura criada em 1839 ainda não respondia plenamente às necessidades do Exército. A segunda metade do século XIX foi marcada por transformações importantes na organização militar brasileira, relacionadas tanto à experiência das guerras externas quanto às mudanças na própria estrutura administrativa do Estado. A Guerra do Paraguai, em particular, evidenciou problemas relacionados à organização e ao funcionamento das forças imperiais, contribuindo para ampliar os debates acerca da profissionalização e da estruturação do Exército. É nesse contexto de reorganização que deve ser compreendida a reforma de 1858. O Decreto nº 2.116, de 1º de março daquele ano, determinou que a então Escola Militar da Corte passasse a denominar-se Escola Central, enquanto a Escola de Aplicação do Exército passaria a chamar-se Escola Militar e de Aplicação. O artigo 1º estabelecia expressamente: "As actuaes escolas, militar da Côrte e de applicação do Exercito [...] passarão a denominar-se, a primeira escola central, a segunda escola militar e de applicação" (Brasil, 1 de mar. de 1858). A medida representou uma tentativa de reorganizar institucionalmente os diferentes campos de formação que, até então, estavam concentrados em uma mesma estrutura. O próprio regulamento estabelecia funções distintas para os dois estabelecimentos: a Escola Central seria destinada ao ensino das ciências e das doutrinas próprias da engenharia civil, enquanto a Escola Militar e de Aplicação ficaria "especialmente destinada para o ensino theorico e pratico das doutrinas militares". A criação de estabelecimentos distintos indicava, assim, um processo de especialização das instituições e de diferenciação entre os espaços destinados à formação técnica e aqueles diretamente vinculados à carreira das armas.

A reforma de 1858 não deve ser interpretada isoladamente. Ela fazia parte de um movimento mais amplo de reorganização administrativa do Império, no qual diferentes áreas do Estado passavam por processos de especialização e definição de competências. No âmbito militar, essa tendência correspondia à necessidade de estruturar instituições capazes de atender às diferentes funções assumidas pelo Exército e pelo Estado. A distinção entre a Escola Central e a Escola Militar e de Aplicação representou, nesse sentido, uma etapa importante da especialização institucional do ensino. O processo de diferenciação foi aprofundado nos anos seguintes e alcançou uma etapa decisiva em 1874. O Decreto nº 5.600, de 25 de abril daquele

ano, determinou a transformação da Escola Central em Escola Politécnica. O primeiro artigo estabelecia: "A actual Escola Central passará a denominar-se Escola Polytechnica"(Brasil, 25 de abr. de 1874). A instituição passou, então, à jurisdição civil, consolidando a separação entre a formação destinada às atividades de engenharia e aquela diretamente relacionada à carreira militar. A reforma de 1874 possui especial importância porque encerrou um longo processo de diferenciação entre o ensino científico de caráter civil e a formação propriamente militar. Conforme a documentação institucional do período, a Escola Central foi desvinculada das finalidades militares e transferida para a esfera civil, enquanto a Escola Militar da Praia Vermelha passou a concentrar a formação dos oficiais e dos engenheiros militares. A medida não representava apenas uma alteração administrativa, mas a consolidação de uma nova divisão institucional das funções de formação existentes no interior do Estado.

A consolidação da Escola Militar da Praia Vermelha deve ser compreendida, portanto, como resultado de um longo processo iniciado ainda no final do período colonial. Entre a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, em 1792, e a consolidação da Escola Militar da Praia Vermelha na segunda metade do século XIX, as instituições de ensino militar acompanharam as transformações políticas do território brasileiro: as reformas da monarquia portuguesa, a transferência da Corte, a formação do Reino Unido, a Independência, o período regencial e a consolidação do Estado imperial. As sucessivas mudanças de denominação, organização e vinculação administrativa revelam que a formação do oficialato esteve diretamente relacionada às diferentes etapas de construção e reorganização do poder estatal.

A trajetória dessas instituições demonstra, assim, que a profissionalização do Exército não ocorreu de forma imediata nem resultou de uma única reforma. Ela foi construída gradualmente por meio da criação, reorganização e especialização de espaços destinados à formação dos militares. A instituição escolar tornou-se progressivamente parte da própria estrutura de reprodução do Exército, estabelecendo uma relação mais regular entre o Estado, a carreira militar e a formação de seus quadros. Nesse processo, a criação das escolas não apenas respondeu às necessidades existentes em cada conjuntura, mas também contribuiu para conferir maior estabilidade e continuidade à organização do oficialato.

A análise das instituições permite perceber, portanto, que a formação militar acompanhou a própria construção do Estado brasileiro. Desde as primeiras academias criadas no período colonial até a consolidação da Escola Militar da Praia Vermelha, as mudanças institucionais estiveram relacionadas às transformações da autoridade política, às necessidades de defesa territorial e aos esforços de centralização e organização administrativa. A escola militar tornou-se, nesse percurso, um dos instrumentos por meio dos quais o Estado procurou estruturar e reproduzir seus quadros militares. Entretanto, a criação dessas instituições não permite, por si só, compreender qual formação o Estado pretendia oferecer aos indivíduos que nelas ingressavam. A existência de academias e escolas permanentes estabeleceu os espaços institucionais da formação, mas foram os regulamentos, estatutos e demais dispositivos legais que definiram os conhecimentos, as competências e os critérios que deveriam orientar essa formação. É, portanto, a partir da análise dos currículos estabelecidos por essas instituições que se torna possível compreender as diferentes concepções de oficial construídas ao longo do século XIX e as transformações ocorridas na própria definição da profissão militar.

**Referências**


BRASIL. *Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810*. Crea uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1810. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. *Decreto de 9 de março de 1832*. Reforma a Academia Militar da Côrte encorporando nella a dos Guardas Marinhas; e dá-lhe novos estatutos. Rio de Janeiro, 1832. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. *Decreto de 22 de outubro de 1833*. Separa a Academia de Marinha e a Companhia dos Guardas-Marinhas da Academia Militar da Côrte, e dá a esta novos estatutos. Rio de Janeiro, 1833. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. *Decreto nº 25, de 14 de janeiro de 1839*. Dando nova organisação à Academia Militar. Rio de Janeiro, 1839. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. *Decreto nº 2.116, de 1º de março de 1858*. Approva o Regulamento reformando os da Escola de applicação do exercito e do curso de infantaria e cavallaria da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Côrte. Rio de Janeiro, 1858. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. *Decreto nº 5.600, de 25 de abril de 1874*. Dá estatutos à Escola Polytechnica. Rio de Janeiro, 1874. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: 11 ago. 2026.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RESENDE, Conde de. Ofício ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e interino da Marinha e Ultramar. sobre a criação da Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Desenho e Língua Francesa. 26 nov. 1795. Doc. 11820. Biblioteca Nacional (Brasil), Rio de Janeiro. Disponível em: Projeto Resgate - Rio de Janeiro Avulsos (1614-1830) - DocReader Web . Acesso em: 11 ago. 2026.